

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A POLÍTICA AMBIENTAL E TERRITORIAL NA MATA ATLÂNTICA¹

QUILOMBOLA COMMUNITIES AND ENVIRONMENTAL POLICY AND LAND IN THE MATA ATLÂNTICA

Simone Rezende da SILVA²

Resumo: Muitos são os problemas e conflitos, sobretudo territoriais, enfrentados por populações quilombolas para a conquista, demarcação e titulação de seus territórios ancestrais. Estes territórios por vezes encontram-se sobrepostos a territórios florestais considerados prioritários para a conservação ambiental ou mesmo para a expansão de atividades degradadoras deste mesmo meio. Esta pesquisa busca analisar o papel das populações quilombolas na manutenção dos territórios florestados atlânticos, bem como seu direito a estas áreas.

Palavras chave: território, quilombo, conservação

Abstract: There are many problems and conflicts, especially territorial conflicts, that quilombolas populations have to confront in order to conquer, demark and entitle their ancestral territories. Theses territories are, in many cases, overlapped to forest territories that are considered priorities for the environmental conservation or even for the expansion of degrading activities. These research propose to analyze the quilombolas populations role in the subsistence of Atlantic forest territories, and the quilombolas populations right to these areas.

Key words: territory, *quilombo*, conservation

Introdução

Muitas são as comunidades quilombolas no Brasil que lutam pela permanência em seus territórios ancestrais e via de regra estas entram em choque com os mais diversos interesses, sejam eles do poder público ou privado.

As florestas atlânticas historicamente vêm sendo parte destes conflitos, pois foram em grande parte devastadas e consumidas no processo de desenvolvimento adotado em nosso país e cujos fragmentos restantes encontram-se, em grande medida, sobrepostos aos territórios de variadas populações tradicionais³, entre as quais muitas quilombolas.

¹ Este artigo faz parte das reflexões desenvolvidas no âmbito do Pós-Doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física/USP, financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd/CAPES.

² Doutora em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é pós-doutoranda (PNPD/CAPES) na mesma instituição.

³ Populações tradicionais constituem-se genericamente de grupos indígenas ou não (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos) que tem estreita vinculação com o território e com a natureza. Para maiores informações sobre populações tradicionais ver Diegues (1994).

Afirma-se nesta pesquisa que esta sobreposição não se trata de mero acaso, mas sim o resultado de um processo histórico que marginalizou populações negras e fez muitas dessas se fixarem em zonas afastadas dos centros urbanos ou das grandes monoculturas que substituíram as florestas nativas. E que são estas populações, em grande parte, responsáveis pela existência e manutenção da Mata Atlântica restante no país.

A destruição dessas florestas avança dia a dia, seja pela expansão de atividades como o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar, seja devido aos problemas de concepção e gestão que muitas Unidades de Conservação de proteção integral enfrentam ao ignorarem seu contexto humano e cultural.

Nesta perspectiva pretende-se com o presente artigo realizar uma breve reflexão acerca de novas formas de proteção da natureza que estejam mais adequadas a nossos sistemas naturais e culturais, pois muitas vezes o território abrangido pela natureza a ser protegida (delimitada como Unidade de Conservação) coincide com territórios de populações tradicionais, então por que não reconhecer suas práticas e aliá-las a esta proteção e ao mesmo tempo garantir seu desenvolvimento no princípio da equidade?

Esta reflexão baseia-se em levantamentos bibliográficos, análise de documentos, mas sobretudo em depoimentos de membros de comunidades quilombolas instaladas em áreas de Mata Atlântica por meio da Metodologia de estudo de caso, com aplicação de algumas técnicas da história oral, como entrevistas abertas e de história de vida.

A pesquisa abarcou comunidades quilombolas instaladas ao longo dos remanescentes de Mata Atlântica nas regiões, sudeste e nordeste do país. Visando realizar uma apreciação genérica, mas abrangente do estado de conservação destas florestas e aprofundar a análise no que dizia respeito ao papel das comunidades quilombolas para a manutenção dos territórios florestados foram escolhidas áreas representativas tanto da diversidade ecológica quanto histórica e cultural destas florestas.

Tendo em vista a grande extensão das florestas atlânticas, suas características ecológicas gerais e diferentes histórias de ocupação, foi necessário escolher comunidades em distintas regiões de nosso litoral, mas que tivessem em comum a luta para manutenção ou reconquista de seus territórios no domínio da Mata Atlântica, o que nos permitiu uma amostragem diversificada das paisagens atlânticas.

Dessa forma chegou-se à escolha de três comunidades Mandira em Cananéia-SP, São Jorge em São Mateus-SP e Povoação de São Lourenço em Goiana-PE. Todas já certificadas pela Fundação Cultural Palmares⁴ e que aguardam a titulação de suas terras pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), instaladas em trechos de Mata Atlântica considerados, do ponto de vista ecológico, como prioritários para conservação e ao mesmo tempo disputados para o avanço de atividades agroindustriais. O que configurava situações de conflitos de territorialidades.

Apesar de haver populações quilombolas espalhadas por todo o país a opção de realizar a pesquisa com populações cuja territorialidade dá-se em fragmentos florestais atlânticos deveu-se por terem sido estas florestas historicamente ocupadas e devastadas, primeiro pela exploração colonial que resultou na substituição de grande parte das florestas por monoculturas extensivas que utilizaram a mão de obra escrava, e depois pela expansão da urbanização e industrialização. Segundo Manuel Correia de Andrade:

⁴ A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal Nº 7.668, de 22.08.88, tendo o seu estatuto aprovado pelo Decreto Nº 418, de 10.01.92, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.

Os quilombos dos primeiros tempos eram bem mais isolados e, devido ao desconhecimento do território pelos invasores, podiam se situar próximos as áreas habitadas, uma vez que a falta de estradas e as dificuldades de comunicação tornavam as distâncias bem maiores do que eram na realidade. *É natural que para sua localização havia uma grande atração exercida pelas montanhas e pelas florestas; as primeiras tornavam mais fácil a defesa em caso de ataque dos senhores, e as florestas, além de oferecerem esconderijos, ofereciam também alimentos, frutas, animais de caça e pesca nos rios que as cortavam* (ANDRADE, 2001, p. 77). (destaque nosso)

Portanto, a escolha da Mata Atlântica como campo de disputas territoriais ocorreu por estas florestas serem, de certa forma, relatos de historicidade de nossa sociedade e porque mesmo restando tão pouco do que um dia foram, cerca de 7,3% , ela continua a ter grande importância ecológica, cultural e histórica.

Os dilemas territoriais das comunidades tradicionais permanecem no Brasil sem um tratamento social e ambiental adequado. Talvez porque estas comunidades se situem na fronteira do reconhecimento do seu papel importante na conservação. Talvez porque visões ultrapassadas de gestão ambiental permaneçam e continuem invisíveis para a sociedade dominante. Talvez porque a sociedade dominante não as enxerguem como parceiras. Há um conflito de visões arraigadas ao modo de pensar das classes dominantes que controlam as instituições governamentais. A cultura institucional brasileira continua autoritária, apesar dos significativos avanços que alcançamos muito por conta das pressões sociais destas comunidades e por sua aguerrida organização. É importante dizer que os avanços jurídicos foram conquistados e não consentidos.

Afinal de acordo com Manuel Correia de Andrade (2001) o quilombo foi um ponto de encontro entre as culturas africana e portuguesa, já influenciadas pela realidade brasileira, e por contatos com os indígenas.

Nesse sentido, a geografia que se pretende aqui não seria apenas localização ou de descrição, mas de estudo dos conjuntos de relações geradas entre a natureza e estas populações. Afinal, grande parte dos sistemas naturais brasileiros, sobretudo dos remanescentes florestais atlânticos são também territórios de populações tradicionais quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, para as quais, em geral, a conservação da natureza é a garantia de sua estabilidade econômica, social e cultural.

A Mata Atlântica foi quase totalmente consumida pelas atividades produtivas aqui instaladas com vistas ao desenvolvimento do país. Portanto, esta sobreposição não se trata de mero acaso, mas sim o resultado de um processo histórico que marginalizou essas populações, sobretudo as populações negras e fez muitas delas buscarem abrigo e se fixarem em zonas afastadas dos incipientes centros urbanos ou das grandes monoculturas que substituíram as florestas nativas. E que são estas populações, em grande parte, responsáveis pela existência e manutenção da Mata Atlântica restante no país.

O modelo de proteção da natureza adotado no Brasil mostrou-se ineficaz em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à criação de Unidades de Conservação como ilhas intocáveis e a não inclusão das populações tradicionais moradoras netas áreas de proteção integral ou de seu entorno.

Contudo, a emergência da questão ambiental nas últimas décadas e a própria organização política das populações afetadas lançaram uma nova luz sobre o papel dessas populações para uma efetiva conservação da natureza.

Portanto, uma eficaz estratégia de conservação da natureza deve ter em conta que tão importante quanto a biodiversidade é a sociodiversidade, pois entende-se nesta pesquisa não haver natureza intocada. Para Diegues e Arruda:

A diversidade biológica [...] não se restringe a um conceito pertencente ao mundo natural; é também uma construção cultural e social. As espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais, e finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES e ARRUDA, 2001, p. 11).

De acordo com Nurit Bensusan (2006) a biodiversidade de uma área seria o produto da história da interação entre o uso humano e ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas. Frequentemente o que é chamado de padrão natural não é senão o resultado de padrões de uso da terra e dos recursos associados fruto de determinados estilos de vida ao longo do tempo.

O entendimento, até agora predominante, de que toda relação entre homem e natureza seja destrutiva é simplificador e injusto com inúmeras culturas que desenvolveram outras formas de relação com a natureza. O modelo de área protegida que não permite moradores em seu interior não faz distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.) e mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há gerações nessas áreas, estas passam à ilegalidade, dando início assim a numerosos conflitos de territorialidades.

Embora autores como: Diegues, 1994; Pimbert e Pretty, 2000; Ghimire, 2000; Arruda, 2000; Angelo-Furlan, 2000; Rezende-Silva, 2004 tenham centrado suas análises no conflito entre populações tradicionais e áreas protegidas esta não é a única ameaça que tais populações enfrentam. Da mesma forma que áreas são escolhidas como patrimônios de natureza, outras o são como locais para a expansão de atividades de desenvolvimento econômico altamente consumidoras de recursos naturais.

Populações tradicionais e a Mata Atlântica: Povoação de São Lourenço, São Jorge e Mandira

A história de conquista, ocupação e desenvolvimento econômico do Brasil deu-se principal e fundamentalmente num primeiro momento sobre o domínio da Mata Atlântica. Da extração de madeira, plantio de cana-de-açúcar e café à industrialização e urbanização, as florestas atlânticas bem como suas populações nativas e outras a ela relacionadas (negros e mestiços) foram consumidas nesse processo. E mesmo atualmente, restando apenas tão pouco dessas florestas elas continuam pressionadas e ameaçadas.

Os investimentos e incentivos recentes ao desenvolvimento e uso de biocombustíveis vêm dando impulso a uma nova expansão da monocultura de cana-de-açúcar, principalmente no centro-oeste paulista e na Zona da Mata nordestina.

Em Povoação de São Lourenço, comunidade localizada no município de Goiana-PE, e uma das comunidades trabalhadas nesta pesquisa, seus moradores lamentam estarem cada vez mais ilhados pelo “mar verde” dos canaviais que estão se expandindo sobre antigas áreas de roça da comunidade e sobre atuais áreas de extração de moluscos, manguezais aos quais a comunidade chama localmente de maré:

Nós estamos cada vez mais pressionados, isso tudo aqui é cana, cana, cana que não acaba mais, eles estão derrubando até mangue para pôr no lugar a

cana, daqui dá para ver. Quase não tem lugar para roça, e daqui a pouco não vai ter lugar para pegar a ostra, porque eles estão acabando com a maré (Dadá, moradora de Povoação de São Lourenço – julho de 2007).

Além dos problemas causados pela expansão canavieira na região de Povoação de São Lourenço, os moradores dessa comunidade deparam-se com problemas decorrentes da degradação do manguezal de onde extraem moluscos, a maré, e de todo o estuário do rio Goiana pela carcinicultura, ou seja, fazendas de cultivo de camarões.

Povoação de São Lourenço é uma comunidade de remanescentes de quilombo, já reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e que aguarda a demarcação de seu território pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa comunidade que vivia da roça de subsistência, da extração de produtos florestais caça e pesca, vem sendo historicamente pressionada pela monocultura da cana-de-açúcar, que ocupou quase a totalidade de suas terras. Na impossibilidade do cultivo agrícola os moradores da localidade foram dedicando-se cada vez mais à pesca e, sobretudo à extração de moluscos dos manguezais ali próximos. Durante décadas os manguezais da região foram fonte de proteína animal para esta população, além ainda de propiciar excedente necessário à manutenção da vida.

Tanto a cana-de-açúcar quanto a carcinicultura vem impactando e reduzindo a área de ocorrência do manguezal, diminuindo assim a quantidade de peixes e moluscos, tão necessários à dieta e ao orçamento dessa população.

Durante décadas seus moradores usufruíram dos benefícios da natureza local, prática e simbolicamente e a mantiveram em equilíbrio até terem de disputar seus territórios com atividades de interesse comercial de larga escala.

Portanto, não há dúvida que melhor para a manutenção da biodiversidade nessa região é manter também a sociodiversidade. A população que necessita dos recursos desse estuário também é necessária para a continuidade de existência desses recursos.

Desta forma, a criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, que engloba Povoação de São Lourenço é uma medida que deve assegurar a continuidade dos ecossistemas locais, bem como a continuidade do modo de vida de seus moradores.

Outro exemplo interessante de convivência mais integrada entre sociedade e natureza pode ser encontrado na comunidade de São Jorge, localizada no extremo norte do estado do Espírito Santo, região conhecida como Sapê do Norte, que até há poucas décadas era recoberta por Mata Atlântica. A floresta havia permanecido nessa região devido à presença e uso que comunidades como São Jorge, bem como as demais comunidades negras ali instaladas há gerações, fizeram dessas florestas costeiras.

Essas comunidades negras viviam da agricultura para provimento familiar, extração florestal, caça e em grande medida da pesca de rio, que era uma importante fonte de proteína animal na região. Desta forma, entende-se que ao mesmo tempo em que dependiam do provimento florestal, foram eles os responsáveis pela salvaguarda dessas florestas, que além de prática eram também importantes do ponto de vista simbólico e espiritual, como nos relata esse morador da região:

Isso tudo aqui era mata, mata a perder de vista, eu ainda peguei essa época de fartura, tinha caça à vontade, todo mundo tinha sua rocinha, peixe tinha demais também, esses rios eram tudo cheio de peixe de todas as qualidades, hoje se acabou o peixe, não tem mais rio limpo, é tudo cheio de veneno do calipto (eucalipto). E até as coisas da religião da gente se prejudicou, porque não tem mais mata, tem coisa que não dá mais para fazer (Helvácio, morador de São Jorge – novembro de 2006).

Contudo, a partir dos anos 1960 essas comunidades negras, hoje reconhecidas como remanescentes de quilombos, foram sendo expulsas de seus territórios também pela expansão da cana-de-açúcar, mas principalmente pela chegada avassaladora do monocultivo de eucalipto para produção de celulose.

De acordo com Yaccoub (2005) na região conhecida como Sapê do Norte viviam cerca de 10 mil famílias negras distribuídas em aproximadamente 2 mil comunidades, hoje persistem na região cerca de 1300 famílias distribuídas em 35 comunidades. Entretanto, é com essas famílias que insistiram em permanecer na terra que começa o longo trabalho de reconstrução cultural, econômica e territorial dessas populações.

Do sucesso dessas comunidades em obterem de volta seus territórios (mais de 50 mil hectares) depende em grande parte a possibilidade de recuperar áreas e vigor da Mata Atlântica. Pois que essas comunidades querem não apenas suas terras, querem acima de tudo o território ancestral, da terra rola (que não pertence a ninguém e onde todos podem soltar suas criações), das florestas que mantêm a saúde das águas e onde os rituais da religião de matriz africana podem voltar a acontecer.

A terceira comunidade visitada para esta pesquisa, Mandira, localizada no município de Cananéia-SP, é outro exemplo, talvez o melhor sucedido, de convivência saudável e continuada entre homem e natureza.

Como as demais, Mandira é uma comunidade negra remanescente de quilombo e desenvolvia um modo de vida extremamente ligado aos recursos disponibilizados pela Mata Atlântica. Agricultores e secundariamente pescadores, suas vidas foram fortemente impactadas não pela destruição da natureza necessária à suas vidas, muito pelo contrário, o impacto foi causado pelo modo de proteção dessa natureza, ou seja, pela criação de uma unidade de conservação ambiental de proteção integral e uso indireto, além de outras legislações ambientais restritivas às atividades ali desenvolvidas, como o código florestal.

A proibição ao cultivo de suas terras e à extração e caça nas florestas, devido à sobreposição do Parque Estadual de Jacupiranga em parte de seu território, a atividade da comunidade voltou-se para a extração de moluscos do manguezal próximo a eles. Da intensa relação com as florestas passaram a uma intensa e continuada relação com esses manguezais e foi a partir dessa relação que surgiu e se concretizou a idéia de criação da Reserva Extrativista de Mandira.

Quando o meio ambiente começou a fiscalizar e dizer que tudo que nós fazia era ilegal, foi muito difícil, e foi assim, vamos dizer, pior, porque se nós não podia fazer roça, tinha que consumir mais coisas das matas. Mas o trabalho com a ostra predominou e no começo tinha também seus problemas, porque esse era considerado um trabalho sujo e se ganhava pouco. Depois, quando nós fomos assim, nos organizando, que nos reconhecemos como quilombolas e veio a idéia da reserva extrativista é que o trabalho ficou mais organizado, mais lucrativo e melhor também para o manguezal (S. Chico Mandira, morador da comunidade de Mandira – outubro de 2006).

A criação dessa Reserva Extrativista consolidou laços de união entre os moradores (que são também parentes) e devolveu dignidade ao trabalho por eles realizado. Além do mais, antes como agora, essa comunidade é em grande parte responsável pela manutenção dos sistemas naturais na região, pois que na sua interação com esses sistemas os protegeram de atividades nocivas como a especulação imobiliária e o turismo de larga escala.

Os três casos pesquisados neste trabalho são emblemáticos por vários motivos, primeiro por se tratarem de comunidades negras cujos ancestrais tendo sido considerados

mercadorias foram usados na destruição das florestas e depois descartados, porém, foi justamente nas fronteiras florestais, no contato com os indígenas que estes ancestrais aprenderam a manejar a natureza e a viver com ela. Em segundo lugar, as três áreas de remanescentes de Mata Atlântica nas quais estas comunidades vivem há gerações são consideradas áreas prioritárias para conservação devido a alta diversidade biológica e altas taxas de endemismos⁵. E em terceiro lugar as três comunidades enfrentaram ou ainda enfrentam conflitos territoriais nos quais estão em jogo não somente a sobrevivência das comunidades, mas também a continuidade da natureza aí preservada.

Muitos pesquisadores (BALÉE, 1994 e 1998; DIEGUES, 2000; GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000; LARRÈRE e LARRÈRE, 1997; POSEY, 1987, 1998) afirmam que muitas das áreas habitadas por populações tradicionais se conservam com cobertura florestal e com alta biodiversidade em virtude do manejo ligado ao modo de vida dessas comunidades. Esta forma de enxergar as relações entre homens e natureza pode ser chamada de “ecologia social”, que em geral apóia-se na etnociência ou etnobiologia, isto é, nos conhecimentos empíricos e cosmológicos das populações tradicionais acerca da natureza como fonte de informação. Segundo Posey (1987, p. 15) a etnobiologia é: “o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia [...] é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes”.

Para Gómez-Pompa (1971, p. 124) “as florestas tropicais têm atrativos e problemas dificilmente igualados por outras floras no mundo, que vão desde o conhecimento das espécies que as compõem, até o entendimento da origem da diversidade e riqueza florística que as caracterizam.” Isto quer dizer que se conhece ainda pouco dessas florestas, principalmente no que diz respeito à origem de sua diversidade.

Gómez-Pompa (1971) postula, a partir de seus estudos nas florestas mexicanas, a idéia de que a riqueza de espécies nos trópicos está fortemente vinculada à vegetação secundária e que a evolução de muitos táxons tropicais não pode ser entendida sem se levar em conta seu comportamento na sucessão secundária, ou seja, ligada ao manejo exercido historicamente por muitas populações tradicionais, mas principalmente à agricultura itinerante.

Embora a sucessão ecológica ocorra também sem manejo humano, o que esse autor quer enfatizar é que o manejo realizado no México, por populações tradicionais, estava adaptada ao contexto das florestas tropicais por isso as enriqueciam.

O homem desde a pré-história interfere consciente ou inconscientemente na distribuição da vegetação, seja pela dispersão de sementes, pela proteção de espécies consideradas úteis ou sagradas, pela seleção de espécies para domesticação, pela caça ou domesticação de animais necessários à polinização de espécies da floresta, etc.. Gómez-Pompa (1971) afirma, por exemplo, que várias espécies da floresta tropical mexicana haviam sido manejadas pelo homem e sua distribuição se relaciona com este fato.

Os pesquisadores Catherine Larrère e Raphael Larrère (1997, p. 140) também afirmam que o homem em determinadas condições desempenha papel crucial para a origem e manutenção da diversidade de espécies, pois “frequentes e variáveis, as perturbações intervêm não somente para iniciar a sucessão, mas também em todos os momentos de seu desenvolvimento: desempenham papel determinante na variabilidade espacial e temporal da vegetação [...] Em realidade, toda fragmentação da biosfera, como se pode observar hoje, é o produto local de uma história singular e definitivamente única.”

Diante de estudos que comprovam tipos de manejo, que vão desde a proteção de espécies até sua dispersão em determinados ambientes Diegues e Arruda (2001), bem como

⁵ Embora nesta pesquisa questione-se o fato das áreas prioritárias para conservação sigam critérios apenas biológicos, isto não quer dizer que estes não sejam relevantes e sim que aliados a estes existem critérios socioculturais.

Gómez-Pompa e Kaus (2000) afirmam ser necessário repensar o conceito de florestas “virgens”, pois “a medida que aumenta o nosso conhecimento e entendimento sobre as influências antropogênicas na composição da vegetação madura, é necessário redefinir e qualificar o que se quer dizer por hábitat não modificado. A questão se refere simplesmente à densidade dos humanos, mas aos instrumentos, tecnologias, técnicas, conhecimento e experiência que acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade.” (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 133).

As populações tradicionais, indígenas ou não, têm formas próprias de nomear, classificar e atribuir valor à natureza com a qual estão, muitas vezes, intrinsecamente interligadas, por isso esta, em geral, não é entendida como recurso natural e sim como parte constituinte da vida cujos saberes são passados oralmente de geração a geração.

Para estes autores as práticas cotidianas dessas populações, tais como a agricultura itinerante, são responsáveis pela manutenção e por vezes também pelo aumento da biodiversidade local.

Gómez-Pompa e Kaus (2000) alertam para a importância de atuais e futuros cientistas entenderem as conseqüências ecológicas benéficas e destrutivas das perturbações antropogênicas e de incorporarem visões alternativas no trato com o meio ambiente, avaliando-o em seu contexto histórico, social e cultural. Para estes autores, por exemplo, a agricultura de corte e queima, a coivara, é parte integral dos ecossistemas florestais tropicais há milênios, contudo, ela não deve ser confundida com queimadas abusivas, realizadas em larga escala por agricultores que não têm domínio do ambiente local.

A coivara, como é conhecido no Brasil o processo de corte e queima de um pequeno trecho de mata para cultivo de alimentos para o grupo, assemelha-se ao processo natural de abertura de clareiras na floresta, que pode ser provocado pela queda de uma árvore sobre outras e que abre espaço para que novas plantas cresçam, causando assim diversificação dos ambientes. Depois de cultivada a terra é deixada em pousio, um descanso de anos ou décadas para a recomposição do ambiente (SAMPAIO e ANGELO-FURLAN, 1995).

Populações tradicionais possuem técnicas próprias de uso e manejo dos recursos naturais, através das quais interferem no processo de sucessão ecológica, promovem a regeneração de áreas degradadas, a ciclagem de nutrientes e o aumento da riqueza de espécies nos ecossistemas manejados

Afinal, de acordo com Diegues (2000, p. 30) o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

Darrell Addison Posey (1987) após efetuar pesquisas durante anos entre os índios caiapós (hoje na Amazônia), principalmente no que diz respeito à ecologia de insetos da floresta, em que contou com a ajuda dos indígenas, afirma existirem diversos mitos relacionados a insetos, e que são estes mitos os responsáveis pela transmissão de muitos conhecimentos acerca do ecossistema no qual residem. Pois é a partir da observação da natureza que estas populações traçam estratégias para defesa da roça contra predadores, ervas daninhas, etc. Os indígenas desta etnia têm seus comportamentos relatados, em histórias com ligações entre insetos e humanos, relações baseadas em parentesco, em amizade, ou em desafios. Desta forma as informações são mais facilmente apreensíveis e transmitidas por toda sociedade.

Philippe Descola (2000) fortemente influenciado pelas idéias de William Balée (1994) afirma que estudos de ecologia e de etnoecologia, têm sido realizados há décadas e mostram que a fragilidade dos diversos ecossistemas tropicais e a diversidade e a extensão dos saberes, das técnicas desenvolvidas pelos ameríndios para tirar proveito de seu meio ambiente e adaptá-lo a suas necessidades estão relacionados. O autor sustenta ainda que além dos

conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etnológicos empregados pelos índios em suas atividades de subsistência, é o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que deveria ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico do funcionamento de seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantivesse em um estado de homeostasia.

No seu cotidiano, as populações indígenas realizavam tarefas como a caça, a pesca, a lavoura, além de participarem de festas e rituais em homenagem aos seus deuses: a Chuva, o Sol, a Lua e outros seres da natureza. O céu tinha (e em muitos casos atuais ainda tem) um papel muito importante para os índios: usado como referência para planejarem as atividades do dia-a-dia. Portanto, sabiam como funcionavam os ciclos solar e lunar e a posição de certas estrelas no céu e como isso se relacionava com as atividades na terra. E não é a geometria, a física nem a matemática que os ajudava a identificar o movimento e a posição dos astros, eram as lendas e os mitos de cada tribo que ensinavam aos índios tais conhecimentos⁶.

Contudo, poucos são os pesquisadores que realmente enfrentam o desafio de transpor os limites de sua própria cultura e tentam conhecer e entender as formas de cognição e representação do mundo em culturas alheias a sua.

Grande parte das pesquisas sobre conhecimento tradicional limitam-se a inventários de nomes de plantas e animais nativos e seus usos. Tentativas para correlacionar inventários básicos com sistemas taxonômicos tradicionais e com padrões de comportamento utilitários relacionados inevitavelmente levam para estudos de conceitos simbólicos e metafísicos que expressem a lógica de outras realidades (POSEY, 1998, p. 104).

De acordo com Castro (2000) a produção de tais conhecimentos possui múltiplas dimensões, visíveis e invisíveis, referentes à própria organização do trabalho dos povos tradicionais reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico. Existe uma co-relação entre a vida econômica e a vida social do grupo na qual a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada. Esse sistema de saberes redonda em um inventário de utilidades dos recursos naturais, que se organiza a partir da proximidade e compreensão do ambiente circundante, que, no entanto, se assenta em uma compreensão não utilitarista desse conhecimento.

Estes conhecimentos, portanto, podem ser muito sofisticados, não se restringindo a um repertório de plantas úteis. Eles se constituem muitas vezes de procedimentos sofisticados, como, por exemplo, o processo de produção de farinha de mandioca realizado pelos povos

⁶ Segundo Caldeira et al. (1997) os índios viviam em contato permanente com a floresta tropical. Havia grande variedade de espécies e uma enorme dificuldade natural para cultivos uniformes (para os quais sempre surgiam predadores) e para sua conservação. Observar a natureza e conhecer os hábitos dos animais e as características das plantas era muito mais importante que guardar comida por um longo tempo. Dessas observações saía o conhecimento para se obter alimentos. Somente algumas espécies muito favoráveis, como a mandioca [nota?] eram cultivadas em maior escala. Mesmo sem serem especialistas em agricultura, os índios aperfeiçoaram o cultivo de muitas plantas. Mais que um estabelecimento sólido, era preciso seguir os ditames da natureza: mudar-se quando diminuía a fertilidade do solo (o que acontecia em poucos anos nas áreas cultiváveis, pois elas eram abertas por queimadas), buscar novos territórios de caça, colocar as armadilhas no lugar certo, saber onde estavam os vários peixes em cada época do ano. Do cruzamento de todas essas informações vinham as decisões básicas que afetavam o destino da tribo. Neste cenário de flexibilidade, pouco adiantava construir grandes casas. Melhor era fazer aquelas que se pudesse abandonar sem problemas e seguir a direção da natureza. Também não havia por que concentrar esforços acumulando bens de qualquer tipo. Quase todos os índios tinham muito tempo livre, que empregavam em seus rituais e festas. Esse sentido da vida foi inteiramente incompreendido pelos europeus, que havia séculos dependiam da acumulação de bens para sobreviver aos rigores da natureza setentrional.

originários do Brasil e posteriormente difundido entre várias outras culturas do país, pois para este fabrico é necessário extrair o ácido cianídrico presente na mandioca brava, espécie apropriada para a produção de farinha. Os indígenas desenvolveram técnicas para eliminar tal substância e obtiveram um saboroso e nutritivo alimento para sua dieta.

William Balée (1998) preocupado com as inter-relações entre homens e o mundo natural, por ele chamado de biosfera, se propõe aos estudos de ecologia histórica e coloca três premissas para o entendimento dessas inter-relações:

Premissa 1 – Muita, senão toda, a biosfera não humana tem sido afetada pela atividade humana [...]. Premissa 2 – A atividade humana não leva necessariamente à degradação da biosfera não humana e à extinção das espécies, e também não necessariamente cria uma biosfera mais habitável para humanos e outras formas de vida e incrementa a abundância dessas [...]. Premissa 3 – Diferentes tipos de sistemas econômicos e sócio-políticos (ou economias políticas) em determinados contextos regionais tendem a resultar em efeitos qualitativamente diferentes sobre a biosfera, sobre abundância e especiação de formas de vida não humanas e sobre a trajetória histórica dos subseqüentes sistemas econômicos e sociopolíticos humanos (ou economias políticas) nas mesmas regiões (BALÉE, 1998, p. 14, 19 e 22).

O que este autor está afirmando é que diferentes sociedades relacionam-se de distintas formas com seus ambientes. Não existindo natureza intocada, toda a natureza que se vê passou ou passa na atualidade por algum tipo de intervenção humana, por isso as paisagens, ou seja, a natureza em somatória de tempos é o resultado dessa inter-relação histórica.

Evidências sugerem que a criação de certas paisagens pelo homem não resultam em dano irreversível para a biodiversidade regional – debilitando assim a doutrina *Homo devastans*. A evidência está associada principalmente com as origens de plantas e animais domesticados e semidomesticados. Em algumas regiões do mundo neolítico, a domesticação de plantas e espécies animais pode ter acarretado um aumento líquido do número total de espécies presentes, assumindo que muitas vezes o progenitor selvagem continuou a existir. O Novo Mundo contribuiu com mais de uma centena de espécies de plantas para o inventário mundial de plantas domesticadas (BALÉE, 1998, p. 19).

Pesquisadores como William Balée (1998) e Darrell Addison Posey (1998) com uma longa trajetória de pesquisas com populações tradicionais e conservação da natureza exploraram com grande sucesso as potencialidades dos estudos de paisagens, sobretudo de paisagens aparentemente “naturais”, mas que continham fortes componentes antropogênicos. Para tanto procederam a estudos da ecologia histórica, que os permitiram, entre outras coisas, indicar outros rumos e perspectivas para uma melhor e mais justa conservação da natureza.

A ecologia histórica tem um papel importante em alertar cientistas de muitas disciplinas e subdisciplinas acerca da natureza e importância da influência humana na conservação, manejo e inclusive estímulo da diversidade biológica e ecológica. As qualidades antropogênicas da paisagem tem se tornado crescentemente evidentes, desta forma, diminuindo a idéia de que as sociedades humanas só podem ser destrutivas para a natureza e que os recursos tradicionais são ‘selvagens’. Estas descobertas também assinalam a necessidade de incluir recortes diacrônicos em todos os estudos biológicos e ecológicos (POSEY, 1998, p. 115).

Para este autor, bem como para muitos outros inseridos nos estudos de ecologia histórica, a paisagem é um conceito importante, visto que integra homem e natureza num mesmo cenário que vem sendo construído historicamente na inter-relação entre ambos, sendo o tempo um importante componente.

A paisagem – no sentido ecológico do termo – é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. Sobre o fundo estável de uma arquitetura do conjunto (montanhas, pântanos, etc.) a transformação dos modos de ocupação do solo e dos sistemas de produção modifica a disposição dos habitats, a repartição dos agrossistemas, a fisionomia das florestas. As sociedades humanas modelam seu território [...] Mas a vegetação também tem uma dinâmica própria, trazendo sempre traços do passado, a paisagem, manejada ou abandonada, necessariamente se transforma [...] Se há uma base objetiva (ecologia de paisagem), a paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre o lugar (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997 p. 203).

A definição de paisagem como fruto de uma história comum e interativa entre homem e natureza e em constante transformação, auxilia uma nova perspectiva de conservação da natureza, e poderia, inclusive, ser um conceito norteador de novos critérios de seleção de áreas prioritárias para a conservação da natureza, que hoje se baseiam principalmente em critérios biológicos restritos. Diegues (2000), por exemplo, sugere que um novo critério para seleção de novas áreas para conservação seja o da existência de áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etno-manejo realizado pelas populações tradicionais indígenas ou não indígenas.

Desta forma, essas populações ao invés de serem expulsas de suas terras/territórios, seriam valorizadas e incluídas em novas estratégias de conservação. Quebrando assim, barreiras e preconceitos que a ciência convencional tem criado ao longo dos anos.

Um exemplo claro de avanços conseguidos nesse sentido veio a partir dos movimentos sociais rurais, principalmente na figura do movimento dos seringueiros amazônicos⁷, que a partir da década de 1970, dá início a organizações sindicais para garantir seu acesso à terra e aos recursos da floresta. Em 1985, eles unificaram a luta no Conselho Nacional dos Seringueiros, e apenas fazendo uso do que lhes era apropriado dentro do discurso e das práticas do movimento ambiental, conseguiram criar uma modalidade de área protegida, incorporada pelo SNUC⁸ a “Reserva Extrativista”, na qual seu modo de vida está adequado.

Embora as reservas extrativistas também apresentem problemas, principalmente no que diz respeito à viabilidade econômica, do ponto de vista desta pesquisa, elas continuam a ser importantes modelos a serem aperfeiçoados para uma nova forma de conservação da natureza e desenvolvimento local.

De acordo com Catherine Aubertin (2000, p. 165) as reservas constituem locais de experimentação para uma exploração sustentável da floresta, baseada no uso coletivo, onde as

⁷ Para maiores informações a respeito dos seringueiros amazônicos e a criação de Reservas Extrativistas na região ver: GONÇALVES, 2003.

⁸ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Lei no. 9.985 de 18 de julho de 2000. Ele divide as áreas protegidas no Brasil em dois grupos: Proteção integral (Parques nacionais/estaduais, Reservas biológicas, Estações ecológicas, Monumentos naturais, Refúgios da vida silvestre) e Uso sustentável (Áreas de proteção ambiental, Áreas de relevante interesse ecológico, Floresta nacional, Reservas extrativistas, Reservas de desenvolvimento sustentável, Reservas de fauna, Reservas particulares do patrimônio natural). Para maiores informações acerca do SNUC ver: BENSUSAN, 2006 e ANGELO-FULAN, 2000.

populações seriam as protetoras efetivas do meio ambiente. Além disso, as reservas extrativistas possibilitam a resolução de problemas fundiários para segmentos culturalmente diferenciados (tradicionais), o que não é pouco quando se avalia a história fundiária do país.

Diegues (2000) chama essa nova e incipiente forma de conservação da natureza, talvez inaugurada com o movimento dos seringueiros, de “etnoconservação”, que viria a ser a constatação das ambigüidades e incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países do norte e transplantadas ao sul.

A etnoconservação buscaria maior adaptação às necessidades ambientais e culturais locais, descartando, no entanto, uma visão romaneada de que as populações tradicionais são conservadoras ambientais inatas. Deve-se, portanto, partir do pressuposto de que tanto o conhecimento científico quanto o tradicional são importantes para a conservação. O primeiro pela possibilidade de diálogo global e acesso à tecnologia de ponta em suas investigações, e o segundo por ter acumulado por gerações conhecimentos locais. Por isso pesquisadores têm se dedicado aos estudos de origem e evolução temporal de ambientes e sociedades:

Tem-se tornado cada vez mais claro que os sistemas ecológicos existentes de plantas e animais são uma função de seu passado único. Entender a história particular de uma comunidade moderna ou ecossistema é essencial para seu manejo atual (PIMBERT e PRETTY, 2000, p. 193).

Cada vez mais os conservacionistas se dão conta de que a estratégia de criação de áreas protegidas descontextualizadas do panorama político, social e cultural local, acaba resultando em perda de biodiversidade ou em uma conservação ineficaz.

Para Bensusan (2006) enquanto o mau uso da terra e dos recursos naturais fora das áreas protegidas persistir, o futuro das unidades de conservação e de sua biodiversidade estará ameaçado.

Desta forma, conclui-se que mais que pensar a conservação dentro de áreas protegidas é necessário pensar formas de conservação da natureza em qualquer parte. Nesse sentido as comunidades quilombolas podem ser importantes aliadas da conservação, visto que seus territórios, mantêm a natureza por elas manejada e integrada em suas culturas e modos de vida. Afinal como afirma Manuel Correia de Andrade:

Tentando fazer uma retrospectiva que vá ao início do século XVI até os fins do século XIX, em que dominou o sistema escravagista, é interessante examinar até que ponto as condições naturais foram preservadas, quer nas grandes áreas de domínio do colonizador, quer nas pequenas áreas de domínio dos quilombolas. *Enquanto o colonizador destruía as florestas, em larga escala, para expandir as suas culturas – cana-de-açúcar e algodão no Nordeste, arroz no Maranhão, cacau no sul da Bahia e café no Rio de Janeiro e São Paulo – , os quilombolas derrubavam a mata em pequenas áreas para fazer culturas de subsistência, criavam animais, sobretudo aves , que não traziam prejuízos à vegetação nem provocavam a derrubada da floresta* (ANDRADE, 2001, p. 85). (Destaque nosso).

Portanto, é necessário notar como todas essas considerações se articulam com a questão das comunidades quilombolas, visto que historicamente florestas e quilombolas foram aliados. Muito embora a luta organizada das comunidades quilombolas no Brasil tenha tido importantes conquistas, muitos passos ainda necessitam serem dados. A demarcação e titulação efetiva de suas terras/territórios caminham lentamente. Contudo, se o poder público visse nessas comunidades e territórios possíveis aliados em um processo contínuo de conservação da natureza e desenvolvimento social todos ganhariam. A conquista do território,

embora seja primordial, muitas vezes não é suficiente para manter ou ampliar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, é necessário também, financiamento de projetos, auxílios técnicos, incentivos à produção em bases sustentáveis, etc., ou seja, que estas populações sejam inseridas em um planejamento de políticas públicas de longo prazo.

Para a comunidade de São Jorge, bem como para as demais comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte no Espírito Santo, a reconquista efetiva de suas terras, com demarcação e titulação dessas, significará um importante e fundamental avanço, contudo, reconquistar a terra arrasada pela monocultura de eucalipto implica na continuidade da luta pela reconquista do território que incluía matas, rios, lagos, roças e terras à rola.

Eles querem a substituição da paisagem simplificada dos eucaliptos, na qual eles estão absolutamente subjugados, pela paisagem de outrora, na qual eles estavam integrados produtiva, social, cultural e ambientalmente. Para tanto necessitam ser apoiados por políticas públicas que lhes permitam recompor seus roçados e bosques florestados, mas que também ampliem suas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento cultural.

Nesse sentido o desenvolvimento de projetos agroflorestais na região viria ao encontro com essas expectativas, visto que são reconhecidamente modelos de exploração de solos que mais se aproximam ecologicamente da floresta natural e, por isso, considerados como importante alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido.

Desta forma, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) constituem-se em alternativas para aumentar os níveis de produção agrícola, animal e florestal. Nessa perspectiva, a discussão do tema se torna mais do que necessária. Jean Dubois, que aprendeu sobre sistemas agroflorestais na década de 50 no Congo e se tornou um especialista no assunto em 40 anos de vida profissional no Brasil afirma que os sistemas agroflorestais são alternativas de uso do solo praticadas há séculos em quase todas as faixas tropicais do mundo. E mesmo na Europa. O objetivo é tentar fazer um casamento entre árvores e agricultura e entre árvores e pastagens.

Um interesse cada vez maior é dado aos sistemas ditos agroflorestais tradicionais tropicais, que se caracterizam pela integração de um grande número de espécies arbóreas aos sistemas agrícolas. O sistema agroflorestal, baseado na reconstituição de um ecossistema complexo, que se assemelha ao florestal original, é por sua vez uma forma de intensificação da produção que garante a preservação do meio ambiente e a manutenção de uma alta diversidade biológica (BAHRI, 2000, p. 168).

Sistemas agroflorestais é um nome novo para práticas antigas, muitos sistemas hoje chamados agroflorestais já eram empregados por populações tradicionais em seus manejos das florestas, outros foram adaptados, mas em geral partiram das observações de etnocietistas, como por exemplo, os quintais florestais, que associam espécies frutíferas próximas as casas com hortas e criações.

Outro tipo de manejo florestal é a eliminação de cipós e sub-bosque para o favorecimento de uma espécie nativa e de interesse comercial para a população local, esse procedimento tem sido utilizado com a *Euterpe oleracea* (açai) na Amazônia. O manejo pode ser também de adensamento de uma espécie pelo plantio direto desta.

Entretanto, no caso da região do Sapê do Norte, o sistema mais adequado talvez seja o da criação de um sistema agroflorestal complexo a partir tanto de elementos locais como de introduzidos, como do exemplo de Sylvia Bahri (2000, p. 70) na região do lago de Beruri, no Amazonas, onde uma cultura intensiva de abacaxi e de árvores frutíferas sucede à plantação de mandioca.

Contudo, como afirma a própria Sylvia Bahri (2000, p. 168) a consolidação e a viabilidade dos sistemas de produção baseiam-se na associação de diversas atividades:

agrícola, agroflorestal, extrativista, pesca e caça. É a diversificação dos modos de utilização do ambiente que pode garantir a viabilidade do sistema e potencializar a conservação.

Considerações finais

Novas formas de proteção da natureza pressupõem uma nova racionalidade sócio-ambiental na qual a diversidade cultural é uma necessária aliada. Desta forma, as populações quilombolas são importantes aliadas na preservação da natureza, pois sua conquista social e cultural é uma exemplar barreira ao avanço da degradação ambiental.

No estado de São Paulo, por exemplo, os territórios quilombolas em grande medida sobrepõem-se a importantes remanescentes de Mata Atlântica do país. O reconhecimento dos territórios quilombolas, entre estas a comunidade de Mandira, representa uma conquista sociocultural, mas também ambiental, pois ao se reconhecer o direito de uma população ao seu território, legitima-se também sua relação diferenciada com seu ambiente, com aquilo que ela define como natureza. Além do mais, é a presença e resistência organizada dessas populações quilombolas que vem impedindo a construção de barragens, como Tijuco Alto⁹, que causariam grandes impactos ambientais na região do Vale do Ribeira.

Há que se estar dispostos a novos princípios de gestão ambiental e de democracia participativa, pois os problemas ambientais estão, em grande medida, vinculados aos problemas sociais. Uma nova racionalidade ambiental pressupõe uma nova racionalidade produtiva, que inclua as camadas marginalizadas de nossas sociedades.

É necessário, portanto, que a proteção ambiental seja tomada sob um ponto de vista amplo, estratégico e político, isto é, que seja encarada como um investimento necessário não só para a preservação da natureza, mas sim como uma forma de desenvolvimento participativo e democrático, afinal a intensa fragmentação dos ambientes naturais, sobretudo das florestas atlânticas são questões preocupantes e que devem ter um tratamento urgente, visto que conservar a biodiversidade em paisagens intensamente alteradas e fragmentadas se constitui em um grande desafio.

Desta forma, diante de remanescentes florestais e de populações tão degradadas e fragmentadas a adoção de políticas de recuperação qualitativa de paisagens visando a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida tem como elemento chave a utilização dos fragmentos florestais como ilhas de biodiversidade e a interligação destes por meio de corredores.

Segundo Brito (2006, p. 72) o IBAMA vem trabalhando novas alternativas para promover a conservação dos ecossistemas nos diversos biomas brasileiros. Neste sentido, os corredores ecológicos vêm se constituindo em uma idéia inovadora, como instrumento de planejamento e gestão biorregional, tendo como enfoque buscar conciliar a conservação da biodiversidade com as demandas da sociedade e das atividades produtivas sobre os recursos naturais dos ecossistemas inseridos no espaçamento territorial de sua abrangência.

Embora a finalidade principal dos corredores seja avançar na consolidação das áreas protegidas de diferentes categorias; promover o planejamento ambiental e propiciar a

⁹ A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto é um empreendimento planejado pela Companhia Brasileira de Alumínio, uma das empresas do Grupo Votorantim, para aumentar a oferta de energia elétrica para seu complexo metalúrgico localizado na cidade de Alumínio, no interior de São Paulo. A localização da hidrelétrica Tijuco Alto está prevista para o alto curso do rio Ribeira de Iguape, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná. Desde 1987 quando a construção foi proposta, as populações tradicionais do Vale do Ribeira, principalmente quilombolas, bem como entidades ambientalistas, vêm opondo-se a concretização do empreendimento, visto que este causaria impactos ambientais e sociais de grande porte na região.

integração de ações entre os órgãos ambientais e identificação de novas áreas para a conservação, eles poderiam também ser pensados como eixos de desenvolvimento socioambiental, pois em qualquer parte do país em que se deseje interligar fragmentos, biologicamente identificados como relevantes para a conservação, estes são via de regra, habitados por populações tradicionais, sobretudo na região dos fragmentos das florestas atlânticas, onde, por exemplo, podemos perceber em vários trechos a sobreposição das áreas remanescentes de Mata Atlântica com territórios quilombolas. De forma geral os municípios que têm comunidades quilombolas, são também os que detêm os fragmentos florestais atlânticos. Em regiões como no Vale do Ribeira no estado de São Paulo e do Sapê do Norte no Espírito Santo essa sobreposição é nítida, comunidades e florestas continuam a existir porque se relacionaram. Em Pernambuco, embora a sobreposição também aconteça, na região da Zona da Mata restam fragmentos tão pequenos de Mata Atlântica que por vezes não é possível mapeá-los (dificuldades de escala). Além do mais, boa parte das comunidades quilombolas nesse estado, devido à agressividade e intensidade da destruição florestal, foram impelidas ao Agreste (zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão) e ao Sertão.

Novos desenhos e objetivos para a proteção da natureza são necessários e possíveis, como bem demonstram as reservas extrativistas e os territórios quilombolas. Muitas iniciativas nas últimas décadas têm tentado abordar a conservação e o desenvolvimento em um contexto integrado, que beneficiaria as populações locais e os sistemas naturais dos quais elas dependem.

Pesquisas têm demonstrado que os sistemas de manejo dos recursos naturais das populações tradicionais, indígenas ou não têm características positivas para a manutenção dos sistemas naturais. Muitos pesquisadores têm potencializado o conhecimento acumulado no campo da etnociência e afirmam que algumas das atividades humanas no meio ambiente tropical (como a agricultura itinerante e do adensamento de espécies úteis) favorece em muitos casos a diversidade biológica e o processo de especiação.

A política ambiental ainda predominante, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado uma das vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe. Contudo, se o poder público considerasse essas comunidades e territórios como possíveis aliados em um processo contínuo de conservação da natureza e desenvolvimento social todos ganhariam.

Entretanto, é necessário também que essas populações e sobretudo o movimento negro, que luta ativamente pela demarcação das terras quilombolas, bem como por outras formas de políticas afirmativas para o povo negro, esteja mais integrado às discussões acerca da conservação da natureza, a exemplo do ocorrido na década de 1980 com o movimento dos seringueiros na Amazônia, que trilhando esse caminho conseguiram importantes conquistas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

Muito embora a luta organizada das comunidades quilombolas no Brasil tenha tido importantes conquistas, muitos passos ainda necessitam serem dados, pois mesmo a Constituição de 1988 tendo garantido direitos territoriais às comunidades remanescentes de antigos quilombos, a implementação desses acontece de forma morosa e empurrada por pressões do movimento negro em várias escalas. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares existem atualmente 1.543 comunidades certificadas, 996 processos de regularização fundiária em curso, contudo, dessas, apenas 93 detêm o título de suas terras¹⁰.

A demarcação e titulação efetiva das terras/territórios caminha lentamente, visto que em geral esse processo encontra obstáculos impostos por setores hegemônicos da sociedade

¹⁰ Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=332 (13/03/11).

que disputam essas terras para expansão de suas atividades produtivas ou não. E mesmo nos poucos casos nos quais a demarcação e titulação do território foram efetivadas a conquista desse, embora primordial, muitas vezes não é suficiente para manter ou ampliar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. São necessárias também outras medidas como o financiamento de projetos, auxílios técnicos, incentivos à produção em bases sustentáveis, valorização cultural, etc., ou seja, que estas populações sejam inseridas em um planejamento de políticas públicas de longo prazo.

Passados mais de 120 anos da abolição da escravidão no Brasil, o poder público e a sociedade em geral referem-se à escravidão e aos quilombos como resquícios incômodos do passado e não como história, não como parte formadora do que somos. A falsa democracia racial adia a inclusão verdadeira do negro na sociedade brasileira em igualdade de condições, além de não dar visibilidade aos conflitos territoriais que as comunidades quilombolas enfrentam para garantir seus territórios. A questão quilombola remete a fatos mais abrangentes relativos a posição do negro na sociedade brasileira.

Embora entre os programas oficiais do governo federal esteja o “Programa Brasil Quilombola”, que visa garantir a posse da terra e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas e entre os programas instituídos pelo Ministério do Meio Ambiente esteja a “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, a partir do qual surgiu o Decreto N° 5.758, de 13 de abril de 2006, que Instituiu o “Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP”, que teria o objetivo amplo e audacioso de realizar a integração tanto das áreas protegidas quanto das reservas indígenas e territórios quilombolas, formando grandes contínuos de conservação da natureza e desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais. Pouco ou quase nada foi feito para a implementação desses objetivos.

Faltam recursos financeiros e principalmente integração entre os órgãos do poder público. Pois em realidade esses programas atentam contra os objetivos predominantes dessa gestão, que estão marcadamente ligados à expansão do agronegócio exportador e em outras atividades fortemente consumidoras de recursos naturais. Desta forma, a instituição dos dois programas governamentais para promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, tornam-se inviáveis se todo o restante das decisões governamentais caminham no sentido de eliminá-las das áreas que historicamente ocupam.

A problemática das populações quilombolas, bem como da conservação da natureza, estão interligadas e como tal deveriam estar inseridas no planejamento estratégico do país a partir de uma vinculação estreita entre os ministérios do “Meio Ambiente”, da “Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, do “Desenvolvimento Agrário” e da “Cultura”. Contudo em cada um desses setores do poder público parece se falar distintas línguas e programas independentes seguem enfraquecidos e sem a obtenção de mudanças significativas dos problemas específicos dessas comunidades.

Os problemas ambientais estão, em grande medida, vinculados aos problemas sociais e econômicos, desta forma, é necessária a instituição de novos princípios de respeito às diferenças culturais, de gestão ambiental e de democracia participativa, pois uma nova racionalidade ambiental pressupõe uma nova racionalidade produtiva, que inclua as camadas marginalizadas de nossas sociedades.

É necessário, portanto, que a proteção ambiental seja tomada sob um ponto de vista amplo, estratégico e político, isto é, que seja encarada como um investimento necessário não só para a preservação da natureza, mas sim como uma forma de desenvolvimento participativo e democrático, afinal a intensa fragmentação dos ambientes naturais, sobretudo das florestas atlânticas são questões preocupantes e que devem ter um tratamento urgente.

Diante da problemática de manutenção dos remanescentes florestais e das populações tradicionais a adoção de políticas de recuperação qualitativa de paisagens visando a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida tem como elemento chave a utilização dos fragmentos florestais como ilhas de biodiversidade e a interligação destes através de corredores ecológicos, socioeconômicos e culturais.

Novos desenhos e objetivos para a proteção da natureza são necessários e possíveis, como bem demonstram as reservas extrativistas e os territórios quilombolas ou as reservas indígenas. Muitas iniciativas nas últimas décadas têm tentado abordar a conservação e o desenvolvimento em um contexto integrado, que beneficie as populações locais e os sistemas naturais dos quais elas dependem.

A inclusão da perspectiva das populações rurais na conservação da natureza e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas é um caminho possível a ser trilhado.

Assim sendo, a preocupação com o meio ambiente, bem como o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis, que levem em conta produtividade biológica, aliado a aspectos sócio-econômicos e ambientais, são cada vez mais necessários. É importante que os valores ambientais, econômicos e socioculturais das áreas florestais, proporcionem mudanças significativas e o surgimento de novas propostas para a utilização de novos sistemas de produção.

Afinal problemas como o desmatamento avançam dia a dia, seja pela expansão de atividades como o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar, seja devido aos problemas de concepção e gestão que muitas unidades de conservação de uso indireto enfrentam ao ignorarem seu contexto humano e cultural.

Os estudos de caso nesta pesquisa vieram comprovar e materializar a hipótese de que as comunidades quilombolas podem ser parceiras na conservação da natureza e que seus processos de territorialização são importantes barreiras ao avanço da destruição dos sistemas naturais, especialmente no que se refere aos remanescentes florestais atlânticos.

Nas áreas escolhidas, relevantes sob o ponto de vista natural, mas, sobretudo social, demonstrou-se que a organização comunitária entorno à identidade quilombola e à reconquista ou manutenção dos territórios ancestrais tem efeitos positivos sobre o ambiente, visto que este é de suma importância para a continuidade do modo de vida dessas comunidades.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia do quilombo. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na Dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2001. p. 75-86.

ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e cidadania, implicações sócioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. 2 vol. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

ARRUDA, Rinaldo S. V.. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub/Annablume/Hucitec, 2000. p. 273-290.

AUBERTIN, Catherine. As reservas extrativistas: inventário. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP, 2000. p. 161-166.

BAHRI, Sylvia. Do extrativismo aos sistemas agroflorestais. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP, 2000. p. 167-176.

BALÉE, William. Historical Ecology: premises and postulates. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology**. Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.

BALÉE, William. **Footprints of the forest Ka'apor ethnobotany the historical ecology of plant utilization by an amazonian people**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994. 396p.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: Editora FGV, 2006. 176p.

BRITO, Francisco. **Corredores ecológicos. Uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 273p.

CALDEIRA, Jorge; CARVALHO, Flavio; MARCONDES, Cláudio; PAULA, Sergio de. **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 360p.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 165-182.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 149-163.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. 176p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. 290p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 163p.

EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora Unesp, 2000. 233p.

GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a**

proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 125-147.

GOMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. In: **Biotropica**, Vol. 3, N° 2, 1971. p. 125-135.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo.** Brasília: IBAMA, 2003. 590p.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 358p.

PIMBERT, Michel; PRETTY, Jules. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 183-224.

POSEY, Darrell Addison. Diachronic ecotones and anthropogenic landscapes in Amazonia: contesting the consciousness of conservation. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology.** Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.

POSEY, Darrell Addison. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta (Org.). **Suma etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1987.

REZENDE-SILVA, Simone. **Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do consenso caiçara. Transformações de uma população tradicional camponesa.** 2004, 214p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Francisco de Azevedo de Arruda; ANGELO-FURLAN, Sueli. **Políticas públicas, desmatamento e agricultura no Vale do rio Ribeira de Iguape.** Estudo de caso 5. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995, 80p.

YACCOUB, Hilaine. A monocultura, a Aracruz Celulose e os quilombolas do Espírito Santo. Acessado em: 08 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://anarkopagina.org/noticias/monocultura.aracruz.celulose.html>>.